

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.390 - RS (2019/0221848-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN**
ADVOGADOS : **MATIAS FLACH E OUTRO(S) - RS045066**
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVANTE : **JULIO CESAR DOS SANTOS LEANDRO**
ADVOGADOS : **FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031**
LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA BITTENCOURT - RS049955
RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM ENUNCIADO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. 2. DEMAIS DISPOSITIVOS OBJETO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. 3. QUESTÃO RESIDUAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO OU OBJETO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, SÚMULA 284/STF. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL DE JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS LEANDRO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Júlio César dos Santos Leandro contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora agravada, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 117):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE MÚTUO. PRESCRIÇÃO.

Em se tratando de revisão de cláusulas de contrato de mútuo, a relação existente entre as partes é de cunho obrigacional (pessoal), pautada pelos dispositivos legais constantes no artigo 177 do Código Civil de 1916 e no artigo 205 do Código Civil de 2002. No caso concreto, aplicando-se o prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil atual e considerando a data do vencimento dos instrumentos como marco inicial da contagem prescricional, impõe-se reconhecer, nos termos do artigo 487, II, do CPC/2015, a

Superior Tribunal de Justiça

ocorrência da prescrição relativamente a 05 (cinco) dos contratos discutidos.

Agravo de instrumento parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, eles foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial quanto à interpretação dos arts. 189 e 205 do CC, e da Súmula 286 do STJ, sob a assertiva de que a prescrição deveria ser afastada, pois teria havido renovação sucessiva dos contratos, o que permitiria a discussão acerca da ilegalidade das cláusulas em relação a toda a cadeia negocial.

Afirmou, ainda, que o pedido de anulação de cláusula contratual não se sujeitaria a prazo prescricional, porquanto envolveria direito potestativo.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, é importante esclarecer que o recorrente, "ao alegar divergência na interpretação de enunciado de súmula, deve demonstrar o dissenso do acórdão recorrido com os julgados que originaram o verbete indicado, o que não ocorreu na espécie" (AgRg no AREsp 616.352/MS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA E PRECLUSÃO. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ARGUMENTAÇÃO BASEADA EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS COMPENSATÓRIOS EM CONTINUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTAÇÃO QUANTO AOS JUROS MORATÓRIOS AFASTADA NA ORIGEM POR MAIS DE UM FUNDAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO STF.

(...)

4. "A alegação de dissídio jurisprudencial com súmula impõe ao

Superior Tribunal de Justiça

embargante a demonstração do dissenso com os julgados que originaram o verbete indicado como divergente" (EAg 1.248.531/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 2.5.2012, DJe 15.5.2012). O cotejo analítico não é dispensado quando a alegada ofensa se dá contra Enunciado do STJ (AgRg no AREsp 548.640/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 9.12.2014).

(...)

6. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1293337/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016)

Ademais, não se revela cognoscível a suposta divergência jurisprudencial quanto à interpretação dos arts. 198 e 205 do CC, porquanto o recorrente não demonstrou a dissonância nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Para a comprovação do dissídio pretoriano, faz-se necessária a realização do cotejo analítico, com a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados - não se prestando para tanto a mera transcrição da ementa ou trechos de votos dos acórdãos paradigmas.

Sobre o tema, vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses

supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1023675/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PERDA DO

Superior Tribunal de Justiça

DIREITO DO ALIMENTANDO PELO DECURSO DO TEMPO. SUPRESSIO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO BINÔMIO POSSIBILIDADE / NECESSIDADE. SEDE PRÓPRIA. AÇÃO REVISIONAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 211/STJ.

1. Não demonstrada a divergência pretoriana conforme preconizado nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ, deixa-se de conhecer o recurso especial.

1.1. Dissídio jurisprudencial não demonstrando face a ausência de cotejo analítico e a inexistência de cópia autenticada ou de citação do repositório oficial de jurisprudência em que foi publicado o acórdão paradigma.

(...)

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no REsp 1590554/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

Quanto à alegação de que o pedido de anulação de cláusula contratual não se sujeitaria a prazo prescricional, observa-se que o ora recorrente não especificou, de forma clara e precisa, os artigos de lei reputados violados ou objeto de interpretação dissonante no acórdão estadual, o que configura deficiência de fundamentação.

Nesse sentido, imperiosa a aplicação, por analogia, do enunciado sumular n. 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO. ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1438155/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 14/06/2019)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO OU DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, ou objeto de interpretação divergente, impede a exata compreensão da controvérsia e obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1381607/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 23/05/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial de Júlio César dos Santos Leandro.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator